



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.<sup>ma</sup> Senhora  
Chefe do Gabinete de  
Sua Excelência o Secretário de  
Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Of. n.º 3885 Ent. 7011	12.11.2018	P.º 2419/2015 N.º <b>2738</b>	13 DEZ. 2018

**ASSUNTO:** Resposta à pergunta 598/XIII/4<sup>a</sup> de 12 de novembro de 2018, do Grupo Parlamentar PCP - Partido Comunista Português (Deputado Paulo Sá e António Filipe) - Construção de um moderno e funcional Palácio da Justiça na cidade de Faro.

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.<sup>a</sup> a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

HA/MJP



## NOTA

**Assunto: Resposta à pergunta 598/XIII/4ª de 12 de novembro de 2018, do Grupo Parlamentar PCP - Partido Comunista Português (Deputado Paulo Sá e António Filipe) - Construção de um moderno e funcional Palácio da Justiça na cidade de Faro.**

Os Senhores Deputados Paulo Sá e António Filipe do PCP questionam, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, o Ministério da Justiça sobre a construção de um moderno e funcional Palácio da Justiça na cidade de Faro:

*«1. Como avalia o Governo, em termos de funcionalidade e eficácia, o facto de os diversos serviços do tribunal de Faro se encontrarem dispersos por vários edifícios?»*

*«2. Confirma o Governo que são pagos, mensalmente, cerca de 27 mil euros pelo arrendamento dos edifícios do Tribunal de Faro (com exceção do Palácio de Justiça, que é propriedade do Estado)?»*

*«3. Qual o custo aproximado das intervenções, nos vários edifícios do Tribunal de Faro, previstas no Plano Estratégico Plurianual de Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais 2018-2028?»*

*«4. Está o Governo disponível para, em vez de realizar intervenções avulsas nos diversos edifícios pelos quais se encontram dispersos os serviços do Tribunal de Faro, considerar a construção de um moderno e funcional Palácio da Justiça que reúna sob o mesmo teto todos esses serviços?»*

1. Pese embora a acomodação dos Serviços num único edifício seja mais funcional, o Ministério da Justiça considera que a instalação dos Juízos do Tribunal de Faro em dois locais não se afigura uma situação problemática ou prejudicial para o público utente.
2. O valor mensal que o Ministério da Justiça suporta com o arrendamento dos edifícios para instalação do Tribunal em Faro é de 24.084 €. No entanto, desse montante, 21.384€ são pagos a uma empresa pública - a Estamo.
3. O valor previsto no Plano Estratégico Plurianual de Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais 2018-2028 para todos os edifícios da Comarca de Faro, e não apenas para os



da cidade de Faro, é de 1.815.000€. A maior parte deste investimento reporta-se, no entanto, aos Palácios de Justiça de Loulé e Lagos.

4. O Governo considera, pelo que atrás foi exposto, que a construção de um novo edifício não representa uma necessidade premente nem se justifica em termos económico-financeiros.

**Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, 12 de dezembro de 2018**